

Extensão, internet e seu potencial cultural e comunicacional na Aldeia Munduruku de Bragança/Marituba¹

Dr. Carlos Potiara (Professor da Universidade de Brasília, Brasil),
Dra. Celia Matsunaga (Professor da Universidade de Brasília, Brasil)
Mariana Bitencourt Santos (Graduanda em Comunicação, Universidade de Brasília,
Brasil)

Dr. Carlos Potiara (Universidade de Brasília),
Dra. Celia Matsunaga (Universidade de Brasília, Brasil)
Fernando Oliveira Paulino (Professor da Universidade de Brasília, Brasil)

Resumo: Neste trabalho, apresentamos resultados do projeto de extensão e comunicação que tem sido desenvolvido na aldeia Munduruku de Bragança/Marituba. A partir de contatos diretos com essa comunidade, observou-se nas vivências e anotações etnográficas feitas, a necessidade de se desenvolver projetos de políticas de comunicação que garantam o acesso à internet à população Munduruku da Floresta Nacional do Tapajós, município de Belterra (Pará). Encontramos o desafio da comunicação ao identificar a presença da mídia tradicional presente no dia a dia da comunidade por meio da televisão, cujo sinal vem de uma antena parabólica. Por um outro lado, não há sinal de celular que permita a comunicação entre familiares com a cidade mais próxima. Assim, o acesso à internet faz-se necessário, baseado no uso da tecnologia e nos processos comunicacionais que poderão amenizar as problemáticas de comunicação, saúde, educação e cultura enfrentadas pelas aldeias de Bragança e Marituba.

Palavras-chaves: Munduruku, comunicação, internet

1. INTRODUÇÃO

Para os Munduruku, os indivíduos de fora são todos *parioati*², termo que significa homem branco, pessoas que não compartilham dos conhecimentos tradicionais indígenas e ainda estão perdidos e cegas em meio ao mar do capitalismo.

Buscamos apresentar neste texto, reflexões amparadas em atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas desde 2016 e que contam com a participação de docentes

¹ “Trabalho apresentado na 31^a Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

² Termo utilizado sempre que seja necessário referir-se a indivíduos não-indígenas.

e discentes da UnB. A atuação leva em conta o pensamento de Darcy Ribeiro, especialmente formulações em diálogo com a extensão *O Povo Brasileiro* (1995). Darcy fala da construção de nossa identidade como filhos dos conflitos do Brasil lembrando do direito de sermos diferentes (RIBEIRO, 1995). Tudo acontece a partir de um recorte interpretativo sobre a comunidade Munduruku da aldeia de Bragança/Marituba e as relações que as pessoas que moram ali têm com a comunicação e com o grande Rio Tapajós, uma imensa estrada em forma de água que liga o interior do Oeste do Pará a Santarém.

Figura 1 - Rio Tapajós, Alter do Chão (PA)



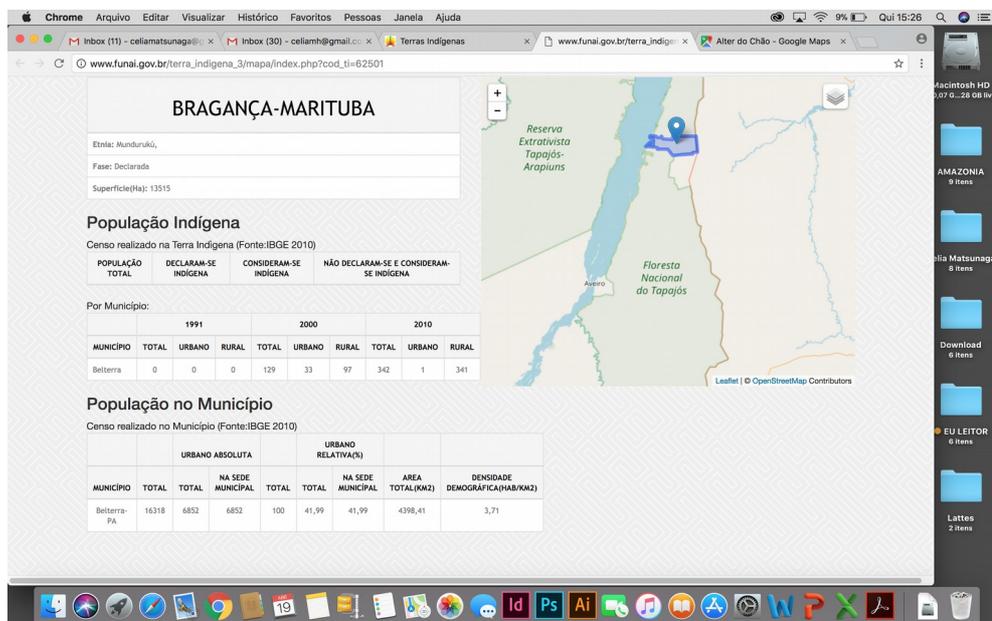
(Fotografia: Mariana Santos)

Localizadas no município de Belterra, o acesso às aldeias de Bragança e Marituba é feito por via fluvial, em viagem de 2 horas, saindo do porto de Alter do Chão e subindo o rio Tapajós. Outra forma de acesso é terrestre, em estrada parcialmente pavimentada, em trajeto de uma hora e quarenta minutos a partir de Santarém, pela BR-163. Essas aldeias do Povo Munduruku tem seu território inserido na Floresta Nacional do Tapajós, uma das florestas brasileiras que mais recebem pesquisadores estrangeiros e que mais tem interação socioambiental: a Unidade de Conservação “também apresenta expressiva

riqueza sociocultural, representada por cerca de mil famílias e quatro mil moradores, distribuídas em 21 comunidades, três aldeias indígenas da etnia Munduruku (Bragança, Marituba e Taquara) e localidades ao longo da BR-163 (lotes com assentados do INCRA)”³.

A Terra Indígena Bragança/Marituba conta com cerca de 50 famílias distribuídas nas duas aldeias. Além disso, as comunidades ribeirinhas de Nazaré e do Lago do Marai também são situadas nessa região da Flona e compartilham, junto ao Povo Munduruku, de semelhantes problemas de isolamento espacial, educacional, político, cultural e comunicacional na região.

Figura 2 - Terra Indígena Bragança/Marituba



(FONTE: FUNAI (<http://www.funai.gov.br/> - acesso em 19/4/2018).

Reserva Indígena Bragança/Marituba - Amazônia legal, região do Tapajós/Madeira – PA
 Área: 13.515 ha. População: 231 (FUNAI)

<https://ti.socioambiental.org/#!/pt-br/terras-indigenas/4178>

³ Retirado do site oficial do Instituto Chico Mendes <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante.html>

Na segunda expedição do grupo de ensino, pesquisa e extensão da Faculdade de Comunicação e do Departamento de Design da Universidade de Brasília, em outubro de 2016, o Cacique Domingos, principal liderança da comunidade de Bragança, trouxe como pedido aos pesquisadores a necessidade de se estudar e propor soluções aos problemas de comunicação que a comunidade enfrenta diariamente. Marcar visitas da UnB na comunidade já é um desafio inicial, pois poucos são os que saem da aldeia e vão a Belterra (PA), cidade mais próxima, no máximo uma vez por semana, para só assim terem condições de responder nossas mensagens via celular.

Em agosto de 2017, houve atuação presencial com o objetivo de ouvir os relatos sobre os problemas da comunidade, desenvolver um diagnóstico comunicacional e pensar, coletivamente, nas possíveis alternativas de solução. A comunicação indígena se tornou assim um objeto de pesquisa e extensão, resultante das expedições realizadas, quando observamos que as 16 famílias expandidas que vivem em Bragança estão a duas horas e 25 reais (preço pago pelos moradores da Flona no transporte diário para Belterra) do sinal de celular mais próximo, ao mesmo tempo que a grande maioria tem televisão e assiste regularmente unicamente a Rede Globo de televisão, acessada a partir de antenas parabólicas.

2. METODOLOGIA

Adotamos a observação participativa e a etnografia visual como método interdisciplinar de coleta de informações sobre os referidos grupos indígenas, para fins de análise inicial de suas identidades étnicas, suas práticas culturais e sua formação histórico-social. A partir da vivência nesse espaço local, buscou-se extrapolar as reflexões realizadas para um nível macro, em um diálogo exploratório de percepção do significado da realidade vivida por populações indígenas da Amazônia, assim como outras ribeirinhas. Assim, foi possível focar na análise das representações visuais centrada na organização social (o indivíduo, a família, o grupo) considerando os processos de identificação dos elementos constituintes da identidade cultural das populações da Flona.

Ao longo de duas expedições realizadas pelo grupo, em agosto e dezembro de 2017, houve registro etnográfico a partir de um diário de campo que narrava nossas atividades durante as vivências a partir do cotidiano e rotina das comunidades que conhecemos. Entre cadernos e fotografias, registramos sentimentos e informações que procuraram relatar como conhecer a Amazônia proporciona reflexões sobre identidade individual e coletiva

Por meio de um diário de campo e dos dados que foram coletados com observações, conversas e entrevistas com a população local, buscamos dados para construir uma narrativa que interprete a rotina de vida dos Munduruku de Bragança/Marituba e de que forma ela será modificada com a possibilidade de instalação de um ponto de internet na aldeia.

Ao longo dessa pesquisa, Darcy Ribeiro foi um das principais referências. *O Povo Brasileiro* (1995), foi o texto básico e introdutório para começar estudos de observação antropológica e para auxiliar o entendimento a respeito das origens das diferenças culturais entre os brasileiros. A partir disso, ficou mais claro entender o motivo de como minhas percepções sobre nossos imaginários romantizados foram sendo diariamente construídas e desconstruídas diante de nossas experiências. Tudo isso porque desenvolver essa pesquisa também parte da da construção de quem, que teve o privilégio de vivenciar o cotidiano dos índios Munduruku sem nunca antes ter saído do cerrado. Ademais, durante o trabalho houve uma reflexão permanente sobre os limites da atividade extensionista, seguindo a máxima apresentada por Paulo Freire (1973) de que mais do que uma relação de extensão, é essencial realizar ações de comunicação.

3. DESENVOLVIMENTO

A partir de uma assembleia, realizada no dia 24 de agosto de 2017 na aldeia de Bragança, com cerca de 40 participantes entre professores, estudantes, lideranças locais e moradores e moradoras das aldeias, percebemos a centralidade para as lideranças da questão da perda da juventude para as cidades e do isolamento comunicacional da comunidade.

A referida assembleia foi realizada na grande maloca central e contou com representantes indígenas Munduruku da aldeia vizinha, Marituba, e representantes das comunidades ribeirinhas Marai e Nazaré. Todos esses atores sociais estão inseridos em diversos graus nos variados conflitos sociais e ambientais da Flona Tapajós.

Figura 3 - Ponte sobre o Lago do Marai que liga as comunidades de Bragança e Marai



(Fotografia: Mariana Santos)

Durante o encontro, Célia Matsunaga sintetizou nossas angústias: “O desafio é maior diante das dimensões do Brasil, da baixa densidade demográfica de algumas regiões como a Amazônia, além da dificuldade de acesso por vias fluviais (que utilizam os rios como meio de transporte). Por isso, essas são regiões que mais carecem de alternativa de comunicação. Nesse sentido, possibilitar as comunicações digitais nesses lugares é um caminho muito menos oneroso e muito mais respeitoso com os espaços, pessoas e

ecossistemas da Amazônia do que seria construir estradas, por exemplo. É uma alternativa para democratizar efetivamente o acesso à informação e prover estrutura para que as pessoas possam ser cidadãos também no ambiente tecnológico.”⁴

3.1 Questão educacional

A aldeia de Bragança tem uma escola de Ensino Modular Indígena com professoras que vão de Belterra e Santarém para dar aulas para turmas de Ensino Médio. Por falta de quantidade suficiente de escolas que atendam às comunidades da Flona, não só indígenas estudam na escola Munduruku. Jovens ribeirinhos das comunidades de Marai e Nazaré também estudam em Bragança. Escutando os estudantes durante a assembleia, vimos que a perspectiva de futuro nos estudos para depois do Ensino Médio é limitada.

Apesar das atividades educativas se darem regularmente, a escola tem enfrentado os problemas quanto à deficiência de materiais apropriados, de pesquisa, infraestrutura tecnológica (a aldeia não conta com o sinal de internet), o que vem sendo cobrado ao poder público da região. Os problemas de comunicação de Bragança atingem desde a básica troca de informações entre parentes que moram em aldeias vizinhas até jovens que fazem o Ensino Médio na comunidade e precisam de plataformas que dê a eles condições básicas para produzirem pesquisas escolares e terem chances de estudar para concorrer a uma vaga nas universidades da região.

Nyuara Mesquita e Zara Hoffmann (2014) descrevem a inclusão digital como item central na reafirmação democrática de nosso país e, principalmente, na importância da comunicação no processo educativo: “Entre os objetivos da Cúpula⁵ encontra-se a meta de diminuir a exclusão digital dos países em desenvolvimento, através da ampliação do acesso à internet e da expansão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Este contexto global propõe que todos tenham conhecimentos e habilidades para o uso

⁴ Anotações cedidas pela professora Célia Matsunaga, escritas em maio de 2018.

⁵ Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em Genebra nos anos 2003 e 2005

das TIC, incluindo tanto a capacidade para tratar e compartilhar a informação de forma crítica quanto à alfabetização digital, que devem ser alcançadas através da integração das TIC nos currículos, na educação básica e na formação de professores (ONU, 2003). (MESQUITA e HOFFMANN, 2014, p. 3)”.

Os estudantes sentem a necessidade de produzir pesquisa na internet, e relatam que a concorrência para o vestibular, mesmo com cotas indígenas, é desleal, pois não há preparação direta para o vestibular quando concorrem com indígenas de Manaus (AM) e Itaituba (PA). A falta de perspectiva universitária e compromete também o futuro da aldeia, gerando evasão populacional e abandono dos traços culturais, temas que tanto preocupam as lideranças e anciãos.

Figura 4 - Escola Nova Esperança, Aldeia Bragança



(Fotografia: Mariana Santos)

“Em sala de aula, como professora, vamos em busca da qualidade do ensino. Hoje, vemos muita dificuldade dos nossos alunos por falta dessa comunicação. É complicado

trabalhar certos assuntos, como a crise que está acontecendo no Brasil, ou as notícias que vêm aqui de perto, de Santarém... Muitas vezes, quando começamos um assunto, precisamos pesquisar e não há acesso à comunicação. Como professora, vemos a diferença dos nossos alunos daqui, que não têm acesso à comunicação, e com outras aldeias em que há o acesso. As outras aldeias têm mais oportunidade do que os meus alunos daqui.”⁶ Depoimento de Ana Maria Silva, professora do Ensino Médio Modular Indígena na escola de Bragança.

3.2 Questão comunicacional

Quando o tema é o ato de se comunicar, a situação da população da Flona, seja de indígenas ou de ribeirinhos, é tão crítica que os moradores não conseguem chamar uma ambulância em casos de emergências de saúde, mas têm acesso diariamente à Rede Globo Nacional através de antenas parabólicas. O acesso desigual a apenas uma fonte de informação gera, além da dependência de informação e centralização das notícias, uma falta de identificação cultural com o que passa na televisão e com o cotidiano dos moradores da região.

“A gente traz trabalhos para casa, para pesquisa, mas aqui a gente não tem como pesquisar. Tem que ir em Santarém, muitas vezes não há dinheiro para pagar passagem, fora o tempo e o ônibus que não tem boas condições para chegar lá (...) Nos livros de escola, só há um pedacinho que fala sobre aquele assunto, a gente quer, a gente precisa conseguir se inteirar mais. (...) Também tem a parte política, a televisão só mostra uma parte, o que interessa para ela. O que interessa para a gente, não ficamos sabendo.” Testemunho de Darliane Rocha, universitária da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e moradora de Bragança.

As comunidades estão inseridas em uma realidade sem acesso a jornais impressos ou conteúdo via rádio e ao mundo virtual proporcionado pela internet, e também sem a produção de conteúdo próprio, que poderia incentivar a valorização da cultura local e a perpetuação das tradições indígenas. Além de diminuir o isolamento espacial gerado

⁶ Trechos retirados do registro audiovisual da Assembleia realizados por Gustavo DaRosa.

pelas imensidões da floresta, oferecer oportunidades justas de comunicação, em especial através da internet, significa prover outras possibilidades para que a comunidade se organize, exerça sua autonomia e protagonize sua história a partir de um novo contexto de conexão.

3.3. Questão cultural

Os indígenas moradores da Flona pertencem a um grupo considerado Munduruku do Baixo-Tapajós, distantes da maior parte do povo Munduruku que sobrevive mais ao sul do estado do Pará. Por estarem mais distantes do grupo mais populoso e mais próximos à grande cidade de Santarém, os indígenas de Bragança e Marituba passam, há alguns anos, por processos de modificações culturais e de perda paulatina de traços identitários da etnia. Uma comunicação mais eficiente entre parentes melhoraria o contato com povos Munduruku de outras regiões do Tapajós, bem como na organização dos movimentos de luta em defesa de seus territórios.

Devido ao grande contato com *parioatis* e uma estrutura escolar não adaptada aos saberes Mundurukus, a falta de perspectiva de futuro para o retorno da juventude para a aldeia causa preocupação entre as lideranças mais velhas. Assim, o resgate cultural quanto a hábitos alimentares, pinturas corporais, produções artísticas, relações com a floresta, tradições religiosas, entre outras manifestações culturais, se faz necessário frente aos conflitos sociopolíticos e ambientais da comunidade.

Figura 5 - Igarapé sagrado para as tradições religiosas do povo de Bragança

(Fotografia: Mariana Santos)

Desde uma rádio comunitária a produções comunicacionais como conteúdos de vídeo, música, blogs, interação com outras aldeias, a valorização da cultura e dos saberes tradicionais poderá ser devidamente preservada pela própria comunidade, aproveitando, acima de tudo, o potencial de trabalho e interesse vindo da juventude e sua relação com a escola, a educação e a arte.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, prevíamos que os Munduruku como indígenas isolados dos *parioatis* a partir de uma realidade romântica apresentadas nos livros de história. Sem nunca antes ter conhecido os moradores de Bragança. No início do trabalho, buscamos levantar quais eram suas dificuldades em comunicação. Vivenciando a experiência, comum a outros extensionistas e pesquisadores, cometemos o equívoco de chegar lá com a solução

prévia para essas dificuldades.

No início do trabalho de campo, chegamos a Bragança com um discurso pronto e objetivo: o mais importante seria a constituição de uma rádio comunitária. Levamos livros e cartilhas dos benefícios de desenvolver uma comunicação comunitária baseada na rádio. Mas, conversando com jovens que compartilham de interesses semelhantes e consomem conteúdo semelhante a qualquer outro jovem que vive conectado ao século XXI, a internet veio como demanda coletiva e como a melhor alternativa para diminuir o distanciamento social causado pelas problemáticas de comunicação descritas neste texto. A partir disso, aprendemos, em conjunto, a valorizar mais a importância do desenvolvimento de diagnósticos e coleta de impressões antes de propor qualquer atividade para a comunidade estudada.

Com a perspectiva de implantação de internet nas comunidades da Flona, existe a expectativa de estreitar os laços de contato entre floresta/campo e cidade, facilitando a própria comunicação básica entre parentes e vizinhos. Depois disso, com um devido e equitativo acesso à comunicação, pluralidade de informações e contato com o mundo, os jovens terão, com o auxílio de professores, mais condições educacionais de conquistarem uma educação de qualidade e almejar futuros profissionais que possibilitem capacitação para voltarem para suas comunidades de origem e trabalharem para a sobrevivência e resistência dos povos tradicionais.

Podemos pensar a comunicação como uma importante alternativa para se contrapor ao monopólio midiático imposto pelas grandes corporações nacionais e internacionais de comunicação (MIANI, 2011). Através do acompanhamento e mediação de pesquisadores da área de comunicação das universidades, a juventude terá condições de fazer projetos em que as populações tradicionais possam desenvolver protagonismo e emancipação em suas pautas e reivindicações políticas. Desde uma rádio comunitária a produções comunicacionais como vídeos e blogs, a valorização da cultura e dos saberes tradicionais poderá ser devidamente preservada pela própria comunidade.

No centro dessa participação, é cada dia mais clara para nós a necessidade da

preocupação com a proteção do meio ambiente, dos valores culturais, religiosos e manutenção da integridade dos povos da Amazônia, de seu legado cultural, de seu patrimônio material e imaterial, além de fortalecer ações que possam evitar a destruição da Amazônia. É apenas através da preservação também da cultura e das tradições das pessoas que moram na região que será possível evitar essa destruição tão ameaçadora. São os povos da floresta, nativos e originários da região, moradores que convivem com a natureza diariamente, os verdadeiros guardiões e protetores da Amazônia.

E foi assim, através de vivência e contato, que nosso imaginário de *parioati*, o “homem branco” privilegiado, foi sendo desconstruído do mundo romântico e das ideias prontas, para a difícil realidade que é viver em completo isolamento comunicacional e refêns de informações encaixotadas no universo branco do centro-sul brasileiro que se assiste diariamente na televisão tradicional.

Nosso grupo de extensão e pesquisa, baseado nas visões poéticas e artísticas que a imensidão da Amazônia pode oferecer, trabalha na maior parte do tempo com as percepções visuais que toda a floresta, o rio, o céu e as pessoas podem nos provocar como indivíduos. É trabalhando o imaginário que conseguimos nos sensibilizar com as realidades que conhecemos, amadurecer internamente como seres humanos e levar em conta as possibilidades de diálogo entre comunidades indígenas e instituições de educação superior.

5. REFERÊNCIAS:

CASTRO, Carlos Potiara. “Seria a Amazônia uma colônia do Brasil? Ocidente interior, duplo vínculo e governança autônoma”, in: Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v. 4: 2, 2014.

CASTRO, Carlos Potiara e FERREIRA, Leila. “Pensamento norte-americano e processo de incorporação da temática ambiental nas ciências sociais”, in: Revista de estudos e pesquisa sobre as américas (CEPPAC). Vol 7:2, 2013.

Guia do Visitante da Floresta Nacional do Tapajós. Instituto Chico Mendes. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/guia-do-visitante.html>>. Acessado em: 27 de julho de 2018.

FREIRE, Paulo, Extensão ou Comunicação?. Rio: Paz e Terra, 1983.

MESQUITA, Nyuara AS; HOFFMANN, Zara. Utilização das Tecnologias da

Informação e Comunicação pelo professor indígena em formação inicial. In: Revista Tecné, Episteme y Didaxis: TED. Sexto Congreso Internacional sobre Formación de Profesores de Ciencias. 2014.

MIANI, Rozinaldo Antonio. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. Intexto, n. 25, p. 250-263, 2011.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro, *a formação e o sentido do Brasil*. 1995.